

Conclusões do 1º Congresso Nacional da Maternidade

1. A maternidade e a paternidade são valores sociais eminentes. Esta afirmação é uma evidência da experiência humana de tal modo forte que mereceu mesmo consagração na Constituição Portuguesa.
2. Da maternidade e da paternidade resultam a vida humana. Ambas são a primeira instância do reconhecimento da sua dignidade e primeiro lugar da sua protecção desde a concepção.
3. A maternidade e a paternidade são a origem de homens e mulheres, a maior riqueza das nações. A humanidade é assim aquela instância da criação em que esta toma a consciência de si própria destinada a usufruir e construir o mundo em que todos habitamos
4. Por isso a criação de condições para que da fertilidade humana resultem todos os seus efeitos desejados e esperados é um imperativo para todos e para os poderes públicos em geral que não podem nem devem criar dificuldades à sua livre expressão.
5. A criação de um ambiente em que a maternidade e a paternidade podem realizar a sua potência, em que o resultado desta, as crianças, podem encontrar um ambiente favorável ao seu crescimento e desenvolvimento é um imperativo de sobrevivência do homem e uma exigência que todos somos chamados a fazer a quem tem nas suas mãos a realização do bem comum.
6. Das crianças depende o futuro da humanidade. O seu interesse, de que a maternidade e a paternidade são a primeira instância de reconhecimento e protecção, não pode em qualquer circunstância ser posto em causa ou objecto de instrumentalização.
7. De estudos apresentados, nomeadamente os que resultam de um dos mais recentes prémio Nobel, tornou-se evidente como para além da questão demográfica, factor de desenvolvimento e sobrevivência da humanidade, da maternidade e paternidade, encorajadas, protegidas e acarinhadas, resulta o ambiente mais propício a um crescimento saudável de que resulta uma maior qualidade e riqueza da contribuição das novas gerações para os desenvolvimento económico e sustentável.
8. Estudos recentes e múltiplos demonstram como o vínculo seguro e estável entre um homem e uma mulher se estendem nos seus efeitos às crianças e lhe proporcionam o ambiente ideal de crescimento.
9. A família, resultante do casamento, a união entre homem e mulher, é simultaneamente resultado e lugar indispensável à realização da maternidade e paternidade. A dignidade, estabilidade e segurança do casamento são por isso instrumentos fundamentais para que se possam realizar nas melhores condições a maternidade e a paternidade. Aos poderes públicos apenas cabe reconhecer o que já resulta da experiência humana recusando-se a qualquer engenharia social oposta a esta instituição.

10. Sendo a maternidade e a paternidade geradoras de família, a célula base da sociedade, impõe-se o respeito do princípio da subsidiariedade pelo qual não deve nenhuma instância propor-se a fazer o que a anterior pode realizar em melhores condições. O respeito deste princípio deve começar desde logo na educação dos filhos, uma função insubstituível dos pais, á qual o estado é apenas suposto ajudar na medida em que lhe for pedido e sempre obedecendo ás suas indicações.

11. Para um ambiente plenamente favorável à maternidade e paternidade é indispensável que sejam respeitadas as liberdades de consciência e religiosa de forma a que os pais e as mães possam realizar a sua própria humanidade nas condições ideais, únicas que proporcionam às crianças geradas as circunstâncias adequadas ao seu próprio crescimento e ao desenvolvimento pleno das suas potencialidades.

12. A maternidade e paternidade sendo dados da natureza humana não dependem dos poderes públicos. No entanto estes devem criar as condições necessárias (sociais, económicas, culturais) para que aquelas se possam realizar plenamente abstando-se de todas as atitudes e medidas que as podem prejudicar. Em democracia os poderes públicos resultam da vontade livremente expressa de todos os cidadãos. Essa vontade no entanto tem os limites que resultam da condição e dignidade humanas sem o que não existe possibilidade de livre desenvolvimento da humanidade e de cada um prosseguir a sua felicidade. No limite é mesmo a própria democracia que é posta em causa porque o seu fundamento é a dignidade humana.

13. Em Portugal nos próximos meses todos os cidadãos serão chamados a pronunciar-se sobre a condução do destino colectivo. Nós homens e mulheres, pais e mães, reunidos neste congresso, estaremos presentes nessas circunstâncias afirmando o valor da maternidade e paternidade e verificando em cada momento quem e como se propõe a colocar esta questão em discussão pública e decidido a propor medidas concretas que as favoreçam.

Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 7 de Março de 2009